



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

1 Ao vigésimo segundo dia do mês de agosto de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala
2 de gestão do Palácio das Araucárias, situado à Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, ao
3 bairro Centro, Curitiba – PR. Deu-se início a Reunião Ordinária do **CONSELHO ESTADUAL**
4 **DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES, E APÁTRIDAS – CERMA**, fizeram-se
5 presentes, conforme convocação os conselheiros **Titulares Governamentais**: João
6 Guilherme De Mello Simão (SEJUF-DEDIF), Lucimar Pasin Godoy (SESA), Joice
7 Barbaresco (SEED), Maria Gorete Brotti (SETI), Luis Carlos Brugnera (SECC) **Titulares da**
8 **Sociedade Civil**: Juliana Mara da Silva (CRESS), Deusa Rodrigues Favero (Caritas
9 Londrina), Andressa Gongora (Aras Maringá), Ana Sofia Guerra (CRP), Maria de Lourdes
10 Bernartt (SPM Francisco Beltrão), Isadora de França Lopes (Suplente - Aras Maringá),
11 Marcos Vinicius Regazzo (Suplente – Caritas Regional Paraná) e Sara Otazu Cantie
12 (Suplente – Pastoral do Migrante Curitiba) **Representantes**: Dr. Rafael Moura (CAOPJDH
13 - MPPR), Dra. Aieda Muhieddine (Comissão Direitos Humanos OAB-PR), Prof. Tatyana
14 Friedrich (UFPR) Isaac Ramos Ferreira (SEJUF-DET), Dr. Luís Coimbra (CONARE), Nerissa
15 Krebs Farret (OIM/ONU), Ana Bela Batista (SEJUF-CEIM), Vitor Jasper (UFRJ).

16 As nove horas deu-se início a reunião das comissões. Não havendo quorum completo em
17 algumas comissões, foi proposto e aprovado a junção da reunião de algumas comissões
18 para o melhor aproveitamento dos trabalhos. Os trabalhos duraram até as doze horas com
19 paralisação para o almoço. As treze horas e trinta minutos deu-se início a plenária com a
20 aprovação da pauta da reunião. Foi incluído na pauta um espaço de fala para o Sr. Luís
21 Coimbra, coordenador de elegibilidade do CONARE, em visita a Curitiba. O primeiro ponto
22 de pauta foi a leitura de informes e justificativas de ausência relatadas pela secretaria-
23 executiva na pessoa do conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) O conselheiro relatou
24 que recebeu correspondência com ofício por parte do OIM/ONU solicitando a participação
25 no CERMA como membro observador. Houve unanimidade entre os presentes pela
26 aprovação, porém não havia quorum para deliberação. Sendo assim, foi decidido por
27 postergar a decisão de maneira formal para a próxima reunião plenária e que se oficie a
28 OIM da decisão. Foi informado sobre Ofício enviado pelo MPPR ao CEIM solicitando dados
29 sobre atendimento e dados em geral. Como o ofício chegou muito próximo da data de
30 devolução, foi respondido o ofício com solicitação de dilação de prazo. Houve justificativa
31 de ausência da conselheira Cassiana Creher (SOS Aldeias Infantis). A conselheira
32 Andressa alegou em favor da conselheira Cassiana dizendo que a sua não participação se
33 deu por problemas administrativos da SEJUF. O conselheiro João Guilherme respondeu
34 dizendo que a falta não era da SEJUF senão da mesma conselheira, pois para uma
35 solicitação de viagem ser aprovada é necessário que o conselheiro tenha sua prestação de
36 contas anterior aprovada. O problemas com a conselheira é que a sua prestação não foi
37 aprovada por não ter sacado os valores de ressarcimento de viagens anteriores, quesito
38 indispensável a aprovação das contas. Foi solicitado que se averigüe a razão pela qual a



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

39 conselheira não fez o saque dos valores. A conselheira Isadora solicitou a confecção do
40 seu cartão corporativo. Logo foi dada a palavra ao Sr. Luís Coimbra. O mesmo fez uma
41 explanação sobre o caráter da sua visita, que foi dar treinamento a alguns agentes públicos
42 e acadêmicos sobre o novo sistema do CONARE, chamado SISCONARE, que será a
43 plataforma para solicitações de refúgios novas e renovação dos atuais processos em
44 andamento. Luís fez uma pequena apresentação do sistema explicando em detalhes seu
45 funcionamento e também suas peculiaridades. Após houve relato das comissões e
46 apresentações das preposições pelas mesmas. A conselheira Andressa Gongora solicitou
47 a criação de um grupo de whatsapp para cada comissão e também para o conselho. A
48 conselheira Maria Bernartt solicitou que a secretaria-executiva envie para a mesma a lista
49 da atual composição das comissões para melhor situar-se. A primeira proposta das
50 comissões foi solicitar reaver o processo de criação de um comitê intermunicipal para
51 acompanhar os migrantes em nível de litoral, sobretudo da cidade de Paranaguá, que seja
52 composto por órgãos públicos e do terceiro setor. A proposta é que o respectivo comitê
53 seria vinculado ao escritório regional da SEJUF em Paranaguá, para melhor
54 acompanhamento por parte do CERMA. Outra proposta foi solicitar a Secretaria de Estado
55 da Cultura, um informe ou relatório com o catálogo de possíveis exposições ou eventos
56 com o tema de migração. Foi enviado ao DETRAN um ofício solicitando informações sobre
57 os processos re revalidação das CNHs de migrantes e refugiados. Espera-se resposta. O
58 Sr. Luís Coimbra solicitou, de quando houver resposta, que seja enviada uma cópia também
59 ao CONARE. Após foi feito relato das reuniões descentralizadas realizadas em Paranaguá
60 em junho e Colombo em julho. Os conselheiros presentes nestas reuniões destacaram em
61 geral os seguintes pontos: A falta da presença dos migrantes em Paranaguá e a massiva
62 presença de migrantes em Colombo. Dentre os motivos, o principal seria o fato da reunião
63 de junho ter acontecido em dia sábado e a de julho em dia de semana pela noite. Também
64 foi comentado sobre o formato da reunião adotar em junho os horários diurnos e a reunião
65 de julho o horário da tarde e da noite. Isto favoreceu a presença dos mesmos. Sendo assim,
66 a plenária deliberou que o formato da reunião de setembro seja os horários da tarde e da
67 noite, em caráter experimental, para melhor compreender essa presença e ter a
68 oportunidade de realizar um debate com os migrantes. Sobre a reunião em Paranaguá o
69 conselheiro João Guilherme relatou sobre as visitas prévias que foram realizadas junto com
70 a Presidente Márcia Ponce á órgãos públicos municipais e federais para tratar não só do
71 tema da reunião, como também sensibilizar sobre o tema. Foram visitadas as Secretarias
72 municipais de Educação e Assistência Social, a Câmara Municipal de Vereadores, a sede
73 da Polícia Federal, a sede do Ministério Público Federal e a Administração dos Portos de
74 Paranaguá e Antonina. Em todos os locais a recepção foi positiva ao tema e a participação
75 na reunião do CERMA. Infelizmente, no dia da reunião, apenas as secretarias municipais
76 enviaram representantes. Ficou relatada a falta dos demais órgãos visitados. Previamente
77 a reunião de julho, da mesma forma foi feita uma visita a Sra. Beti Pavin, Prefeita do



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

78 Município de Colombo. Os representantes pelo CERMA foram a Conselheira Ana Sofia
79 Guerra (secretaria-geral) e o Conselheiro João Guilherme. A visita também surtiu efeito,
80 pois a Sra. Prefeita enviou representantes a reunião do CERMA. Também se fizeram
81 presentes na reunião, representantes dos municípios da região metropolitana de Curitiba,
82 respectivamente, Almirante Tamandaré, Pinhais, São José dos Pinhais, Fazenda Rio
83 Grande e Campo Magro. Os mesmos foram convidados por ofício pela secretaria-executiva
84 para ir a reunião fazer um relato das suas experiências com os migrantes, demandas e
85 dificuldades. Foi relatada também na plenária, que foi realizado no Centro Estadual de
86 Informação do Migrante, uma oficina formativa com agentes e funcionários da Fundação de
87 Ação Social – FAS do município de Curitiba. Esta formação foi pensada e elaborada pela
88 OIM/ONU em parceria com a Cáritas Regional Paraná e com apoio da SEJUF. A oficina
89 teve ampla participação e adesão pela FAS e seus funcionários e serviu como um espaço
90 muito produtivo e proveitoso para formação e compartilhamento de experiências no âmbito
91 da Assistência Social. A experiência serviu também para estreitar a relação do órgão
92 convidado para com as OSCs que trabalham com migrantes. Nos informes o conselheiro
93 João Guilherme relatou que serão realizadas oficinas formativas semelhantes com os
94 funcionários da SEJUF e também nos municípios de Cascavel, Maringá e Toledo nos
95 próximos meses. Tais oficinas são uma ação conjunta da SEJUF e da OIM/ONU. Também
96 foi relatado que está sendo organizado a primeira edição da Copa dos Refugiados do
97 Paraná. A idealizadora do projeto é a ONG África do Coração e a organização local está a
98 cargo da SEJUF em parceria com os seguintes órgãos: Superintendência do Esporte,
99 UFPR e Federação Paranaense de Futebol. O Dr. Rafael Moura solicitou o envio do
100 Protocolo ou um informe do andamento da construção do novo Plano Estadual de Políticas
101 Públicas para Migrantes. O mesmo solicitou que o informe contenha o status do processo
102 e se existe alguma comissão de monitoramento. A reunião finalizou as dezessete horas e
103 trinta e cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, por mim,
104 conselheiro João Guilherme de Mello Simão, que após lida por todos os conselheiros, será
105 aprovada em plenária.